

## O ESTADO DE MAL ESTAR SOCIAL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NEOLIBERAL E SEUS SUSTENTÁCULOS MILITARISTAS E IGREJISTAS<sup>42</sup>

*Juan Filipe Loureiro Magalhaes*

Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através do Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC) com pesquisa fomentada pela CAPES. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo mesmo programa.

### RESUMO

O presente artigo busca realizar um mergulho no conceito intitulado Estado do Mal Estar Social apresentando os seus principais fundamentos de forma a demonstrar que o modelo econômico baseado na lógica do liberalismo é incapaz de promover um bem estar coletivo. Entendemos que as propostas de John Maynard Keynes, que salvaram o capitalismo do colapso, chamadas de Estado do Bem Estar Social, configuram-se como uma exceção do papel histórico do Estado. A regra é a adoção de uma pauta econômica centrada nas ideias liberais/neoliberais que, em nenhum momento, atenderam aos anseios populares. O que chamamos de Estado do Mal Estar Social é uma compilação entre as pautas econômicas liberais sustentadas historicamente pela força através das instituições militares repressivas que colonizam os corpos e pelo Igrejismo e suas instituições religiosas que colonizam as almas dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Estado do Mal Estar Social; Liberalismo; Militarismo; Igrejismo; Estado do Bem Estar Social.

### ABSTRACT

This article seeks to briefly dive into the concept entitled State of Social Malaria, seeking to synthesize its main foundations in order to demonstrate that the economic model based on the logic of liberalism is incapable of promoting collective well-being. We understand that the proposals of John Maynard Keynes, which saved capitalism from collapse, called the Welfare State, are an exception to the historical role of the State. The rule is the adoption of an economic agenda centered on liberal/neoliberal ideas that at no time met popular aspirations and were historically supported by Militarism and its repressive institutions that colonize bodies and by Churchism and its religious institutions that colonize souls.

**Keywords:** Welfare State; Liberalism; Militarism; Churchism; Welfare State.

---

<sup>42</sup> Agradeço a orientação do professor Dr. Wallace dos Santos de Moraes e as leituras atentas de Cello Latini Pfeil e Luana Vasconcellos Teixeira. Agradeço também a Capes pelo fomento à pesquisa.

## INTRODUÇÃO

A expressão Estado do Bem Estar Social possui um forte lastro bibliográfico na história e na ciência política. Inclusive, podemos pensar em outras denominações similares que expressam, senão exatamente o mesmo sentido, algo muito parecido, como *Welfare State*, Estado Providência, dentre outros. Por outro lado, o termo Estado do Mal Estar Social não é comum no âmbito da ciência política e apenas alguns poucos autores utilizaram esse conceito muito recentemente.

Em um artigo publicado na Folha de São Paulo intitulado “O Estado de Mal Estar Social” (2017), Vladimir Safatle utiliza a expressão referindo-se aos constantes ataques ao sistema de previdência e seguridade social. Segundo o autor, as exigências de flexibilização, a intensificação do trabalho e a redução dos salários típicas do neoliberalismo colocariam os trabalhadores inseridos em um sistema de dependência perpétua das forças do mercado. De forma geral, o autor faz uma crítica à atuação do Estado que coloca os interesses do capital acima do bem estar coletivo.

O alvo privilegiado nesses casos costuma ser a Previdência e o sistema de seguridade social. No sistema neoliberal ideal não haveria segurança social, todos estariam em perpétua dependência das relações de força do mercado, tendo que se adaptar às exigências de flexibilidade, de "inovação", de intensificação dos regimes de trabalho e diminuição tendencial dos salários. Por isso, a Previdência é o alvo de uma espécie de reforma infinita. Ou seja, ela nunca terminará até que a própria Previdência seja extinta. Pois o objetivo é criar o Estado do mal-estar social, no qual governar é gerir a população através do medo do colapso econômico individual, já que não haveria mais nenhuma forma de amparo do Estado<sup>43</sup>(SAFATLE, 2017).

Oscar Vilhena Vieira publicou um texto intitulado Estado de mal-estar social (2020)<sup>44</sup>, no qual relaciona o conceito à distribuição de recursos. O autor aponta a necessidade de uma especial atenção às demandas sociais e faz uma crítica à atual política fiscal e à distribuição do orçamento. Nesse sentido, entende o conceito relacionando-o a uma má gestão dos recursos, em especial nas áreas de educação e saúde, de forma que os mais pobres sempre acabem saindo prejudicados. Contudo, o autor não realiza uma crítica à instituição do Estado, e sim à forma como a governança do mesmo é exercida.

Desvincular e lançar recursos hoje destinados aos mais pobres para que sejam livremente disputados na atroz arena do conflito distributivo brasileiro, chamada Orçamento, não será um passo rumo a liberação do Estado brasileiro, mas sim um salto em direção à consolidação de um perigoso estado de mal-estar social (VIEIRA, 2020).

---

43 Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2017/03/1867082-o-estado-do-mal-estar-social.shtml>  
Data de acesso: 18 de agosto de 2021.

44 Ver: <https://www.geledes.org.br/estado-de-mal-estar-social/> Data de acesso: 18 de agosto de 2021.

Um trabalho mais completo foi publicado em formato de livro chamado “O Estado de Mal-Estar Social brasileiro” (2020), organizado pelos autores José Ricardo Caetano Costa, Marco Aurélio Serau Jr e Hector Cury Soares. Esse trabalho contém uma grande coletânea de artigos reunindo diversos pesquisadores sobre o tema, com alguma ênfase sobre o campo do direito.

A tríade representada pela Emenda dos Tetos (EC n. 95/16), aliadas às reformas trabalhistas (Lei n. 13.467/17) e previdenciária (solidificada pela EC n. 103/19), traz um conjunto orquestrado de medidas que contribuem para a delimitação do *Badfare-State* à brasileira. Somam-se a isso, os vários campos afetados por esta concepção, à exemplo do meio ambiente, dos direitos humanos, entre outros temas importantes nesta reflexão. (COSTA; SERAU JR; SOARES, 2020: 8)

Da mesma forma que os outros trabalhos, o livro aborda, ainda que de maneira mais ampla, uma crítica à condução política do Estado brasileiro nos últimos anos. O conceito de *Badfare-State* é relacionado aos seguintes eventos políticos: o Limite de Teto de Gastos Públicos, a reforma trabalhista e a da previdência social, ocorridos durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. A obra também faz uma discussão sobre a ideia de democracia e a crise de natureza ambiental, em especial abordando as tragédias de Mariana e Brumadinho para pensar no conceito. Mais uma vez, a crítica não é à figura do Estado ou à sua existência, e sim à forma como a política vem sendo conduzida nos últimos anos.

Ainda no mesmo ano (2020), publicamos um artigo na Revista Estudos Libertários intitulado “Uma análise do liberalismo em tempos de pandemia: a exposição do Estado do Mal Estar social” (2020), articulando o conceito com a hegemonia do liberalismo. O artigo diferencia-se muito dos demais textos pela extensão que propõe ao conceito. Ao invés de nos restringirmos a um evento ou a um conjunto de eventos, a um governo ou a um número restrito de governos, entendemos que o mal-estar causado pelo Estado é de natureza muito mais ampla. De forma geral, a própria existência de um Estado é, por si só, um mal estar social.

O presente artigo tem como objetivo justamente complementar a ideia inicialmente apresentada na publicação anterior e desenvolver de forma mais profunda o conceito do Estado do Mal Estar Social e sua relação com a estrutura do liberalismo/neoliberalismo e seus sustentáculos: o Militarismo e o Igrejismo. Entendemos que os distintos significados atribuídos ao conceito pela bibliografia não foram suficientemente desenvolvidos para fazer uma crítica mais ampla, limitando-se a um período específico ou a governo(s) específico(s), ou tema(as) específico(s). Entendemos que todos os governos produzem um mal estar social e assim buscaremos empregá-lo em um sentido mais amplo. Nesse sentido, buscaremos a ressignificação deste conceito tornando-o mais amplo e atribuindo a uma característica permanente da ação do Estado Moderno.

## O ESTADO DO MAL ESTAR SOCIAL: O PILAR NEOLIBERAL

Têm sido notórias as dificuldades para formular alternativas teóricas e políticas à primazia total do mercado, cuja defesa mais coerente foi formulada pelo neoliberalismo (LANDER, 2005: 8).

O filósofo inglês John Locke (1632-1704) é considerado um dos grandes teóricos do liberalismo e do contratualismo. Sua obra “Segundo Tratado sobre o Governo” (1689) pode ser considerada um verdadeiro panfleto distribuído na época, ajudando a difundir o pensamento liberal. Em suas teses, defende a superação do chamado Estado de Natureza (LOCKE, 2011) e a consolidação de uma unidade político-jurídica autônoma, na qual os indivíduos deveriam delegar seu poder e soberania a um governo, a fim de conservar, ao menos em teoria, sua vida, liberdade e sua propriedade privada.

Para compreendermos corretamente o poder político e ligá-lo à sua origem, devemos levar em conta o estado natural em que os homens se encontram, sendo este um estado de total liberdade para ordenar-lhes o agir e regular-lhes as posses e as pessoas de acordo com sua conveniência, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem (LOCKE, 2011: 15).

Suas reflexões tornaram-se centrais entre os liberais, sendo amplamente divulgadas até os dias de hoje principalmente no que se refere a transferência de soberania dos cidadãos ao Estado, que deve ser organizado mediante alguns critérios específicos que se confundem com as bases do pensamento liberal. Contudo, é importante fazer algumas críticas ao autor. Locke era um grande acionista da *Royal Company of África* e possuidor de escravos. Em seu pensamento e em suas práticas, não havia problema algum na lógica da propagação da exploração baseada em critérios raciais, ou seja, desde o seu nascimento, o liberalismo já possuía uma ideia de liberdade bastante limitada, quando seu principal ideólogo lucrava às custas da exploração da população negra.

Outro importante pensador da corrente liberal chama-se Adam Smith (1723-1790). Em sua obra “A Riqueza das Nações” (1776), ao observar o modelo de produção nas incipientes indústrias inglesas, pôde perceber que a divisão do trabalho era um fator fundamental no aumento da produtividade. Ao realizar a mesma tarefa ininterruptamente, o trabalhador iria dispor de maior destreza na produção, pois dominaria melhor determinada etapa do processo produtivo, atuando mais rápido e melhor, podendo ainda colaborar no aperfeiçoamento das técnicas de produção. Essa nova modalidade de gestão das fábricas e manufaturas acarreta um refinamento do processo produtivo, independentemente do indivíduo. O trabalhador apenas por fazer o mesmo de forma repetida, o fará cada vez melhor, em outras palavras, isso significa "automatizar o próprio produto-produtor". O

trabalhador não tem "consciência" desse processo que, indubitavelmente, não lhe trará lucro algum. Toda a riqueza do trabalho é apropriada pelo proprietário.

O autor corrobora com a noção do individualismo dentro de sua concepção de economia. “*Não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu auto interesse*” (SMITH, 2015). Sem dúvida, a Inglaterra contou com um grande aumento na sua produção industrial, em especial após a chamada Revolução Industrial. Mas a que custo social?

Esse grande aumento na quantidade de trabalho, o qual, como consequência de sua divisão, o mesmo número de pessoas é capaz de desempenhar, é devido a três diferentes circunstâncias: o primeiro, ao aumento da destreza do trabalhador; segundo, por economizar o tempo que é normalmente perdido quando se passa de um tipo de trabalho para outro; e por último, pela invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, e capacitam um único homem a fazer o trabalho de muitos (SMITH, 2015: 12).

Além da sua preocupação com as fábricas, Adam Smith também se mostrou preocupado em pensar um modelo de gestão estatal baseado na lógica do liberalismo. Os indivíduos deveriam gozar de liberdade na cadeia produtiva, e as chamadas “Leis da Oferta e da Demanda”, por si só, organizariam a lógica da economia. A concepção da existência de uma mão invisível do mercado ressalta a necessidade, neste ponto de vista, de não intervenção do Estado nos assuntos econômicos. Daí em diante, vários teóricos iriam reforçar essa ideia: filósofos como John Stuart Mill, Ludwig von Mises, dentre outros, formariam a chamada escola de economia liberal. Mediante esse mergulho nas obras liberais, é possível agora reunir algumas das principais características dessa concepção teórica no que se refere ao papel do Estado. Salvo diferenças pontuais entre um ou outro autor, de forma geral é possível identificar alguns pilares comuns, pontuados a seguir.

Em primeiro lugar, na igualdade jurídica entre os indivíduos – Aos olhos da lei, todos os indivíduos são iguais. Na realidade, isso significa que um crime como roubo, por exemplo, continua sendo um ato ilícito, sendo cometido por um indivíduo subalternizado ou por um político do mais alto escalão. Contudo, sabemos que pessoas socioeconomicamente desfavorecidas, quando acusadas pelo Estado, são enviadas ao sistema prisional e, muitas vezes, aguarda seu julgamento em cárcere. Por outro lado, quando o mesmo crime é cometido pelas camadas mais altas da sociedade, o poder de barganha empurra a aplicação da sentença e o cumprimento da pena, após algumas ou muitas instâncias judiciais. Neste sentido, a igualdade jurídica apresentada no sistema liberal é amplamente desigual no plano empírico, limitando-se ao discurso ou ao aspecto teórico, uma vez que, na prática, a desigualdade social impede a consolidação desta premissa.

Em segundo lugar, na não intervenção do Estado na economia – O Estado liberal rompe com

a lógica intervencionista da época do Antigo Regime pautado nas ideias mercantilistas, restringindo as funções do Estado em diversos aspectos, em especial na economia. A ideia da mão invisível do mercado e das forças produtivas exerceria a regulação do sistema econômico, concebendo ao capital a possibilidade de gerir as vidas dos indivíduos a partir dos valores e da moral burguesa, excluindo a atuação e a participação do Estado, reduzindo-o a um papel mínimo, que desenvolveremos abaixo.

Em terceiro lugar, no Estado mínimo – Um Estado liberal, tal qual desenhado por Locke e Smith, não deve preocupar-se em garantir direitos sociais. A tese de superação do chamado Estado de Natureza de Hobbes e de Locke fica mais nítida quando compreendemos que o papel do Estado se limita a proteger a vida (o que não inclui as camadas populares no plano empírico – em especial negros, indígenas, árabes muçulmanos, asiáticos, mulheres, população LGBTQIA+ e imigrantes), e a proteger também a tão adorada propriedade privada (que apenas uma parcela da sociedade possui), e que é sagrada aos olhos destes intelectuais. Nada, além disso, é considerado tema pertinente para ocupar as funções do Estado através da pauta liberal clássica.

Historicamente falando, o custo desta tendência foi altíssimo no que se refere ao aspecto social, principalmente no século XIX. População pauperizada, desemprego em massa, inexistência ou poucos direitos sociais, divisão do trabalho como amplificador da desigualdade social, baixa expectativa de vida causada pela subnutrição, dadas as limitações econômicas dos proletários e camponeses de conseguirem adquirir o mínimo de alimentos necessários para garantir as necessidades nutricionais básicas do corpo humano. Desenhava-se um cenário terrível para a maior parte da população, que vivia na pele as consequências da tão desigual política liberal. Entendemos que qualquer análise histórica séria evidenciará que existe uma discrepância entre os interesses dos governantes econômicos (patrões, produtores, empresários e etc.) e dos governados (proletários urbanos e rurais, ainda que esses últimos tenham sido ignorados por uma parcela significativa do marxismo ocidental).

Após os horrores da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidaram o papel de maior economia mundial, até então ocupado pela Inglaterra. O crescimento exponencial nos anos de guerra levou a um aumento do investimento nas bolsas de valores. Momentos de êxtase incentivaram o aumento da demanda prontamente atendida pelo número crescente de empresas. A produção em massa de produtos de consumo duráveis é amplamente incentivada pelo *American Way of Life*, expressão maior da euforia dos tempos prósperos.

A organização capitalista da produção (divisão do trabalho e das tarefas, controle detalhado do trabalho pelo pessoal de supervisão e finalmente pelas próprias máquinas) é vista como a organização por excelência da produção, pois, em sua corrida pelo lucro, ela se adapta

constantemente à tecnologia mais moderna e realiza a eficácia máxima da produção (CASTORIADIS, 1981: 16).

Contudo, no final da década de 1920, uma forte crise econômica atinge o novo coração do capitalismo. A especulação financeira e a superprodução geraram a crise da bolha estadunidense e propagaram as consequências por todo o globo. Se, por um lado, as fábricas estavam produzindo em larga escala, com modelos de produção em massa pautados na divisão do trabalho tal qual pensada por Adam Smith, por outro, não havia distribuição de renda suficiente para que a capilaridade social pudesse consumir seus produtos. Essa foi uma marca importante da chamada crise de 1929. Uma crise de riqueza de um lado, e de extrema pobreza de outro. O modelo liberal proposto até então entrava em colapso com uma queda generalizada nas bolsas de valores de Nova Iorque. Era evidente que o liberalismo tinha falhado.

Para melhor compreender este momento histórico, precisamos mergulhar nas ideias de John Maynard Keynes (1883-1946). Com uma visão diferenciada, Keynes se opõe à concepção liberal de que o livre mercado garantiria o pleno emprego automaticamente. Adepto de uma política intervencionista do ponto de vista da economia, entendia que os Estados deveriam agir para minimizar os efeitos adversos do capitalismo e seus colapsos cíclicos recessivos. Temos assim, uma ruptura com a premissa não intervencionista proposta por Smith e seu conceito de mão invisível do mercado, que não foi capaz de superar a crise de 1929, que se estendeu por todo o mundo capitalista. Essa nova plataforma econômica foi muito bem recebida pelos países chamados centrais, em especial nos EUA durante o governo Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), especificamente durante os programas implementados pela política do *New Deal* (1933-1937), e na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. É o momento do *Welfare State*! Os Estados nacionais ocidentais buscaram se apresentar como agentes do bem estar social garantindo acesso ao consumo e à previdência social, justamente no momento específico em que o socialismo de Estado da URSS se coloca como alternativa ao capitalismo de mercado. Keynes salvou o capitalismo do colapso com suas medidas.

Contudo, temos que ter em mente que o Estado capitalista não é imune às pressões. Embora seu papel seja de garantir a reprodução do capital, por vezes, em função das lutas populares, ele pode assumir um papel reformista com relação à garantia da exploração de uma classe por outra. Como o capitalismo estava à beira do colapso, seus dirigentes camuflaram a crise, provendo alguns direitos sociais. Após o período de ameaças, revoltas, revoluções ou insurgências, o capital retoma seu caráter natural pautado em medidas impopulares, ou seja, a normalidade dentro do pensamento liberal. Neste sentido, o Estado chamado de Bem-Estar Social é algo específico, pontual e principalmente

estratégico.

Para melhor entender os conceitos de *Welfare State* ou ainda como seus críticos chamam de Estado Assistencialista, apontamos o conceito de Estado Camaleônico para explicar sua fase social democrata (DE MORAES, 2009). O autor demonstra que o Estado do Bem Estar Social foi um movimento balizado em seu momento histórico, caracterizado pela pressão dos trabalhadores organizados por direitos. Trata-se de um recuo ideológico das classes proprietárias em seu liberalismo impenitente, que culminou em algumas mudanças nas funções do Estado, menos voltado para o mercado e mais voltado para atender alguns poucos anseios da classe trabalhadora em um contexto muito específico.

Sem dúvida, isso nos leva a outra reflexão. Se a pauta liberal se limita à igualdade jurídica, ao respeito aos contratos firmados (garantindo a chamada segurança jurídica), à lógica da mão invisível, de não intervenção do Estado na economia e de total despreocupação com a criação ou manutenção dos direitos sociais, podemos concluir que o Estado liberal é, desde sempre, um Estado do Mal Estar Social. Salvo na conjuntura fortuita do período do *Welfare State*, sua pauta sempre foi a mesma, capaz de criar um Mal-Estar Social para a massa da população.

Após o contexto histórico específico do Estado Camaleônico, temos novamente um ressurgimento das ideias liberais com uma nova roupagem: a escola neoliberal. Narrativas que buscaram tratar sobre o Fim da História (FUKUYAMA, 1992), fortaleceram a compreensão liberal de que as demandas populares recuaram e, assim, o capitalismo e a propriedade privada estavam novamente consolidados. Temos um retorno das ideias liberais, repaginadas agora como neoliberais. Temos um retorno da defesa do Estado Mínimo e do apontamento do caráter moralmente injustificável de qualquer Estado que seja um pouco mais amplo. O filósofo Robert Nozick apresenta-se como um dos principais expoentes dessa nova/velha vertente que advoga pela existência de um modelo político estadolátrico limitado às funções mais básicas, como segurança jurídica e garantia da propriedade privada. Um Estado amplo e interventor, tal qual pensado por Keynes, violaria o direito de algumas pessoas (ao certo, de uma elite), e o Estado não pode usar de seus instrumentos coercitivos para obrigar um indivíduo a ajudar o outro, já que esta ajuda somente deve ocorrer se o indivíduo entender que é algo de seu interesse ou para seu próprio bem, na visão de Nozick. Em outras palavras, temos uma espécie de retomada de um individualismo já presente em Adam Smith, agora proposto pelo autor neoliberal.

Um Estado mínimo, limitado às funções restritas de proteção contra a força, o roubo, a fraude, de fiscalização do cumprimento de contratos e assim por diante justifica-se; que o Estado mais amplo violará os direitos das pessoas de não serem forçadas a fazer certas coisas, e que

não se justifica; e que o Estado mínimo é tanto inspirador quanto certo. Duas implicações dignas de nota são que o Estado não pode usar sua máquina coercitiva para obrigar certos cidadãos a ajudarem a outros e que não pode proibir atividades a pessoas que desejam realizá-las para seu próprio bem ou proteção (NOZICK, 1991: 9).

O liberalismo e seu desdobramento atual, o neoliberalismo, se incorporam em uma verdadeira governança econômica (MORAES, 2018: 61) contra nações inteiras. Milhões e milhões de pessoas são vítimas da exploração do sistema capitalista, sendo obrigadas a vender a sua força de trabalho por uma remuneração incompatível com a energia despendida, recebendo ordens diretas sobre suas vidas. As particularidades sociais que impedem a existência de meios livres de subsistência forçam os não proprietários a se submeter à exploração das camadas proprietárias (DE MORAES, 2018: 62).

O neoliberalismo é o paradigma econômico e político que define nosso tempo. Ele consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com objetivo de maximizar seus benefícios individuais. (MCCHESENEY, 2002: 7)

As consequências do liberalismo estão bem na nossa frente: aumento da desigualdade, da fome, e da pobreza extrema para uma maioria de um lado e elevados níveis de prosperidade material para uma minoria de outro. Temos uma naturalização da desigualdade. O Estado mostra-se como sempre foi, um Estado do Mal Estar Social, para as classes mais desfavorecidas.

As consequências econômicas dessas políticas têm sido as mesmas em todos os lugares e são exatamente as que se poderia esperar: um enorme crescimento de desigualdade econômica e social, um aumento marcante da pobreza absoluta entre as nações e povos mais atrasados do mundo, um meio ambiente global catastrófico, uma economia global instável e uma bonança sem precedente para os ricos. Diante desses fatos, os defensores da ordem neoliberal nos garantem que a prosperidade chegará inevitavelmente até as camadas mais amplas da população – desde que ninguém se interponha à política neoliberal que exacerba todos esses problemas. No final, os neoliberais não têm como apresentar, como não apresentam de fato, a defesa empírica do mundo que estão construindo. Ao contrário, eles apresentam – ou melhor, exigem – uma fé religiosa na infalibilidade do mercado desregulado, que remonta a teorias do século 19 que pouco têm a ver com o nosso mundo. (MCCHESENEY, 2002: 8)

Se estamos falando de um sistema tão desigual, como explicar que o Estado do Mal Estar Social possa se sustentar em tantos lugares por tanto tempo? Entendemos que o Estado do Mal Estar Social possui três pilares: o Liberalismo, o Militarismo e o Igrejismo. Estudar apenas o viés econômico liberal, como tem feito a breve bibliografia que utilizou esse conceito é preocupar-se apenas com uma parte dos problemas. Temos que nos aprofundar nos demais pilares.

## **O ESTADO DO MAL ESTAR SOCIAL: O PILAR MILITAR E AS IMPOSIÇÕES SOBRE OS CORPOS**

Nicolau Maquiavel (1469-1527), em seu livro mais famoso, “*O Príncipe*”, aponta os meios

necessários para que o poder estabelecido possa alcançar a estabilidade política, sustentando-se, assim, no poder (MAQUIAVEL, 2005). Em seu pensamento, “*os fins justificariam os meios*”, abrindo espaço para a adoção de uma estratégia de racionalização da crueldade, de forma a contribuir com a longevidade do governo enquanto governo. A lente teórica que guia a tese do autor enfatiza o papel do governante como um agente histórico, descaracterizando o papel político dos governados e, principalmente, deixando evidente a relação íntima entre Estado e violência.

De onde se deve observar que, ao tomar um Estado, o conquistador deve praticar todas as necessárias crueldades ao mesmo tempo, evitando ter que repeti-las a cada dia; assim tranquilizará o povo, sem fazer inovações, seduzindo-o depois com benefícios. Quem agir diferentemente, por timidez ou maus conselhos, estará obrigado a estar sempre de arma em punho, e nunca poderá confiar em seus súditos que, devido às contínuas injúrias, não terão confiança do governante. As injúrias devem ser cometidas todas ao mesmo tempo, de modo que, sendo sentidas por menos tempo, ofendam menos. Os benefícios por sua vez, devem ser concedidos gradualmente, de forma que sejam melhor apreciados. Acima de tudo, o soberano deve se relacionar com seus súditos de modo que nenhum acidente, bom ou mal, o afaste de seu rumo; porque, como a necessidade surge em circunstâncias adversas, não deixará tempo para a prática do mal; e se fizer o bem, nada lucrará com isso, pois se pensará que foi forçado a fazê-lo. (MAQUIAVEL, 2005: 69)

Por mais que possamos compreender Maquiavel como um autor que apresenta uma proximidade da relação entre Estado e violência de forma explícita, não podemos atribuir ao mesmo o monopólio dessa ideia. Desde a antiguidade, outros pensadores chamados de clássicos defenderam a existência de um Estado (PLATÃO, 2019); (HEGEL, 2014); (MARX, 2008), cada um em sua época e à sua maneira, e a partir de sua concepção de governança. Outros vão além ao defender a legitimidade exclusiva da violência no interior de seu território (WEBER, 2003). Também encontramos autores que vão reconhecer, e de alguma forma legitimar, a violência no plano internacional (CLAUSEWITZ, 1996).

A lógica que queremos evidenciar é a relação de intimidade entre o poder político estatal e o sistema de coerção. Em outras palavras, está no DNA do Estado sua relação de proximidade com as forças repressivas (DE MORAES, 2020). Dessa forma, existe a necessidade do governante em preocupar-se com assuntos belicosos, seja no plano interno ou externo, que muito mais interessam aos detentores do poder do que à sua população de maneira geral.

Todo esse aparato de violência e de coerção emerge do centro do poder até sua capilaridade, onde se faz presente, e se transforma em ação. É exercido na ponta, por uma instituição especializada em morte e em sangue: as forças de segurança armadas. Temos, assim, uma verdadeira política de terror (MAGALHÃES, 2017) que emana do Estado e que chega na casa e no cérebro das pessoas, por intermédio das forças de segurança estatais, pois “*o intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem*”

(FANON, 1968). Os militares exercem esta violência na capilaridade do território controlado pelo Estado.

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a cidade árabe pobre, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão e de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher deste, se possível. O colonizado é invejoso. O colono sabe disto: surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente, mas sempre alerta: “eles querem tomar o nosso lugar”. É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono (Ibid).

Os militares são o último elo dessa cadeia de poder que se impõe sobre os dissidentes, desertores, criminosos, pobres, negros, indígenas e revolucionários. Se pensarmos em um plano mais global podemos incluir asiáticos (que, assim como negros e indígenas, sofreram com a lógica do imperialismo militarista europeu) e árabes muçulmanos (que sofreram e sofrem com a repressão do exército do Estado de Israel, dos Estados Unidos e seus aliados).

O colonialismo foi uma prática capitalista, empreendedora, apoiada e financiada por diferentes Estados (reinos) europeus. Enquanto a Coroa e seus empreendedores ficavam com a maior parte do dinheiro, os militares e paramilitares faziam o jogo sujo, pois foram eles com suas armas que guerrearam, conquistaram, humilharam, mataram, torturaram e escravizaram os colonos, os sub-humanos. Foi um sistema estritamente racista ao idealizar a ideia de raça (Morrison, 2019) e de cor aos outros, atentando contra africanos (black, pretos, negros), vermelhos (indígenas), amarelos (asiáticos) (DE MORAES, 2020: 8).

Se, por um lado, os diversos autores considerados clássicos das ciências humanas realizam a defesa peremptória do Estado nacional e seu sistema repressivo, ou então simplesmente naturalizam a sua existência em suas análises, por outro, os pensadores libertários enfatizam sua crítica. Importantes teóricos evidenciam o forte rompimento com o Estado Nacional, em todos os níveis, simultaneamente enquanto denunciam seu papel exercido ao longo da história. Podemos citar uma gama, dentre eles: (PROUDHON, 1988), (KROPOTKIN, 2009), (DE MORAES, 2020), (KOM'BOA, 2018) e outros. Todos esses pensadores evidenciam que: sem nenhum constrangimento, o Estado realiza a prática direta da violência, atentando historicamente contra a vida dos indivíduos, em forma de agressões, torturas e inclusive de assassinatos contra seu próprio povo, seja através de suas forças legais de repressão, seja através de paramilitares que, em muitos casos, são patrocinadas pelos agentes estatais. Por essa razão, entendemos que a expressão Estado do Mal Estar Social não pode ser resumida a uma atuação específica do Estado em uma conjuntura específica, e sim ao próprio Estado como um todo. Inúmeros são os casos ao longo da história: colonialismo, neocolonialismo,

imperialismo expansionista, guerras, combate ao narcotráfico, ações denominadas de antiterroristas e no cotidiano das periferias das grandes cidades do Brasil.

Nesse sentido, nos apropriamos do conceito de Militarismo cunhado por Wallace de Moraes para tentar dar conta de expressar essa estrutura repressiva, em toda sua complexidade e, ao mesmo tempo, evidenciando o modelo de governança exercido pelas forças armadas, polícias estaduais, tribunais civis e militares e todas as demais forças de repressão que exercem uma verdadeira governança penal (DE MORAES, 2018: 67-68) sobre a sociedade, em especial sobre negros e pobres.

O lema do “amor à pátria” convenceu trabalhadores a ingressarem nas fileiras dos exércitos durante as guerras mundiais e a arriscarem suas vidas. Exalta-se com heroísmo (aos olhos desta instituição) o indivíduo que arrisca sua própria existência na defesa da ordem, do Estado e da lei. O lema “Missão dada é missão cumprida” reforça a ideia de que não existem limites para atender as demandas emitidas pelas altas patentes. Se houvesse espaço para questionar e refletir sobre as ordens, as mesmas seriam cumpridas da forma e com a frequência que observamos? A hierarquia e a doutrinação nacionalista dos órgãos militares permitem que tais instituições possam continuar a existir, possibilitando que o militarismo seja uma política de Estado permanente, independente do posicionamento no espectro político do partido que esteja no governo em dado momento. Em última instância, as forças militares comportam-se como o bastião garantidor da autoridade estatal e do liberalismo. Colocar-se contra a opressão estatal significa necessariamente colocar-se também contra seu braço armado.

Mas seria possível controlar pela força todos os trabalhadores, todos os governados, todos os insatisfeitos ao mesmo tempo? Certamente, uma parcela que se subordina sim. Mas é necessário um controle metafísico que impõe um medo transcendental. Controlar o pensamento, as almas, os cérebros e a moral, sem dúvidas faz o trabalho da manutenção do Estado de Mal Estar Social bem mais sutil. Nesse sentido, avançamos sobre o outro pilar que sustenta o Estado do Mal Estar Social mantendo o ordenamento estatal sob controle.

## O ESTADO DO MAL ESTAR SOCIAL: O PILAR IGREJISTA E O CONTROLE DAS ALMAS

O Igrejismo é a crença em dogmas metafísicos produzidos há milhares de anos e que são utilizados para fins políticos (DE MORAES, 2018). São sustentações religiosas e fanáticas fundamentadas em escritos milenares adotados no passado e no presente, anacronicamente baseados em critérios interpretativos que são assumidos enquanto verdades absolutas e incontestáveis por seus seguidores.

Os fiéis das igrejas, de modo geral, são treinados, como soldados, a obedecer, a respeitar a ordem, a idolatrar um messias, a se subordinar diante de seus líderes, pastores, que se apresentam como portadores da verdade, da fé e da vontade de Deus. Assim, se transformam em rebanho de ovelhas fáceis de serem guiados para objetivos políticos de seus chefes (governantes) (DE MORAES, 2018)

Os líderes religiosos exercem uma verdadeira governança sociocultural (DE MORAES, 2018: 64) nas Igrejas, incluindo padres, pastores e congêneres em muitos casos; aproveitam-se de uma vida miserável social e economicamente das suas “ovelhas”, prometendo-lhes uma esperança além do plano físico que não pode ser comprovada e, para isso, incentivam ou até mesmo exigem ofertas muito terrenas para tal, como dízimos, doações e ofertas que sustentam uma verdadeira indústria da fé.

Para além desses privilégios econômicos, esses líderes conduzem seus seguidores em direção a doutrinas conservadoras, no aspecto político comportamental, restringindo suas liberdades e principalmente inibindo novas formas de sociabilidade com os diferentes, não seguidores de uma matriz religiosa judaico-cristã. “*No Igrejismo, realizado pela leitura de padres e pastores, têm predominado o preconceito, a discriminação, o ódio ao diferente, a intolerância*” (DE MORAES, 2018). Temos, assim, um forte direcionamento desta parcela da sociedade, no caminho da crença irracional, não passível de contestação, pois não se deve duvidar da “Palavra de Deus”.

Além do mais, não podemos deixar de destacar o papel histórico cumprido pelas diversas religiões ao redor do mundo. “*Todas as religiões são cruéis, todas são fundadas sobre o sangue, visto que todas repousam principalmente sobre a ideia de sacrifício, isto é, sobre a imolação perpétua da humanidade à incansável vingança da divindade*” (BAKUNIN, 2014: 49). Se pensarmos em especial nas matrizes judaico-cristãs, a governança sociocultural é ainda mais intensa. Não podemos ignorar a história. A aliança entre Igreja e Estado justificou o capitalismo e sua origem: a escravidão. Também justificou a hierarquização da sociedade em critérios raciais com base no chamado “O Mito de

Cam”.<sup>45</sup> A Igreja Católica cumpriu um papel fundamental na criação, manutenção e legitimação do modelo vigente, que tampouco foi negado pelas novas doutrinas originadas pela Reforma Protestante. Pelo contrário, manteve-se a mesma base de sustentação teológica racista, xenofóbica e excludente. Manteve-se o Estado do Mal Estar Social.

Dessa forma, esse caminho metafísico conservador projeta uma perspectiva de poder enraizada na concepção divina, misturando política e religião. O Igrejismo leva seus seguidores inevitavelmente a serem governados socioculturalmente, pois as ovelhas devem sempre... *“renunciar à razão e retornar, caso possível, à fé ingênua, cega, estúpida... cessa toda a discussão e só resta a estupidez triunfante da fé”* (BAKUNIN, 2014: 44). A política passa a ser o centro da hierarquia, do dogma e da obediência cega irracional. *“O Igrejismo, para solidificar sua perspectiva de poder, com base em uma visão própria do mundo, necessariamente precisa negar a ciência, a razão”* (DE MORAES, 2018). Temos, assim, um afastamento da ação de filosofar: criticar, indagar, questionar, e vislumbra-se uma aproximação com uma visão de mundo pela qual todas as ações humanas são explicadas, justificadas ou legitimadas em uma vontade espiritual superior que guiaria tudo o que conhecemos, de forma que nada escape do controle deste ser metafísico.

A Igreja ficou pequena para conter o clero e movimentar cordéis da sua política absorvente. O Cristianismo é uma organização tão perversamente arquitetada e tão admiravelmente mantida pelo espírito jesuíta – que penetrou todas as instituições, vacinou todos os homens contra o “vírus” da independência e da lealdade, e tomou conta do mundo – através da educação, tão maravilhosamente ministrada que degenerou e imbecilizou o gênero humano até a domesticidade covarde e a apostasia da própria consciência... Vem de longe a aliança entre o altar e o trono: a Igreja sabe contar com o fator “tempo” para suggestionar o subconsciente e apoderar-se da razão, falseando o raciocínio até o obscurecimento absoluto da reflexão. (MOURA, 2018: 25)

Em outras palavras, temos no Igrejismo a substituição da razão pelo dogma, o que leva inevitavelmente a um projeto de poder exercido pelos líderes religiosos e políticos que empurraram seus seguidores ao caminho do conservadorismo e que, assim, buscam, na sombra de uma representação divina, dominar o povo. O curioso é que os líderes Igrejistas possuem uma pauta econômica: o neoliberalismo.

Sob o lema *“Deus está convosco”*, estruturou-se uma verdadeira política genocida contra: *“muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus, contra povos nativos na conquista da América, contra povos africanos na conquista da África e a escravização dos mesmos nas Américas e, finalmente, contra as mulheres europeias queimadas vivas acusadas de bruxaria”* (GROSFUGUEL,

---

<sup>45</sup> O Mito de Cam refere-se à passagem bíblica em que Noé amaldiçoou os descendentes de seu próprio filho Cam, que teria dado origem aos povos africanos, ameríndios e parte dos asiáticos e da Oceania, segundo interpretação da Igreja durante um vasto período. *“Maldito seja Canaã; seja servo dos servos de seus irmãos”* (Gênesis 9:25).

2016: 25). Os nazistas e seus militares executaram milhões de pessoas em campos de concentração, nas ruas e residências. Aliás, essa frase estava presente no uniforme dos militares nazistas. Por mais incrível e atual que possa parecer, Deus, para Hitler, estava acima de todos (DE MORAES, 2018).

## CONCLUSÃO

Este trabalho não tem a intenção de esgotar a temática e deixa em aberto a possibilidade de que o conceito do Estado do Mal Estar Social possa ser ampliado no futuro. Nosso objetivo é mostrar que, para além das discussões bibliográficas sobre o conceito, restrita a temáticas pontuais ou períodos específicos, entendemos que o papel histórico do Estado, pautado no tripé: Liberalismo, Militarismo e Igrejismo”, é muito mais profundo do que tem sido abordado e certamente merece uma análise mais crítica do que se produziu até o momento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKUNIN, Mikhail. (2014), Deus e o Estado, Editora Hedra.
- CASTORIADIS, Cornelius. (1981), O que significa socialismo; Editora Fantasma.
- CLAUSEWITZ, Carl von. (1996), Da Guerra; Editora Martins Fontes, 2ª edição.
- COSTA, José; JÚNIOR, Marco; SOARES, Hector. (2020), O “estado de mal-estar social” brasileiro. Belo Horizonte: IEPREV.
- DE MORAES, Wallace dos Santos de. (2020), A Necrofilia colonialista outrocída no Brasil, In: Revista Estudos Libertários (REL) UFRJ, Vol. 2. N°3; ED. Especial N°1 1º Semestre.
- \_\_\_\_\_. (2020), Contribuições da Filosofia Anarquista à Perspectiva Antirracista e Decolonial; Teoliterária V. 10 - N°. 21.
- \_\_\_\_\_. (2018), Governados por quem? Diferentes Plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Editora Prismas.
- \_\_\_\_\_. (2009), O Estado mínimo contra a fase histórica camaleônica do Estado capitalista: um estudo da teoria neoliberal de Robert Nozick. Curso de Ciência Política – Grandes Autores.
- \_\_\_\_\_. (2020), Para quem sabe ler um pingo é letra, Le Monde Diplomatique. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/pra-quem-sabe-ler-um-pingo-e-letra/> acessado em 12 de Outubro de 2018.
- FANON, Frantz. (1968), Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

- FUKUYAMA, Francis. (1992), *The End of History and the Last Man*, Gradiva.
- GROSGOUEL, Ramón. (2016), A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídio do longo século XVI, *Revista Sociedade e Estado* Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. (2014), *Fenomenologia do espírito*, Editora Vozes.
- KOM'BOA, Lorenzo. (2018), *Anarquismo e Revolução Negra*.
- KROPOTKIN, Piotr. (2009), *Ajuda Mútua: um fator de evolução*. A Senhora Editora.
- KROPOTKIN, Piort. (2000), *O Estado e seu papel histórico*, São Paulo: Imaginário, 2000.
- LANDER, Edgardo. (2005), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latinoamericanas*, Colección SurSur, Editora Clacso.
- LOCKE, Jonh. (2011), *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*; Martin Claret.
- MAGALHÃES, Juan. (2020), *Uma Análise Do Liberalismo Em Tempos De Pandemia Do Coronavírus: A Exposição Do Estado De Mal-estar Social*. *Revista Estudos Libertários, UFRJ*, vol. 2. Nº 3; Edição Especial. Rio de Janeiro.
- MAGALHÃES, Juan. (2017), *TERROR NAS ENTRELINHAS: O conceito de terrorismo como um discurso de poder político e suas apropriações ideológicas*. Dissertação de Mestrado PPGHC.
- MAQUIAVEL; Nicolau. (2005), *O Príncipe*. Martin Claret.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (2008), *O Manifesto Comunista*. Editora Expressão Popular.
- MCCHESENEY, Robert. In CHOMSKY, Noam. (2002) *O lucro ou as pessoas*; Bertrand Brasil.
- MOURA, Maria Lacerda de. (2018), *Fascismo: filho dileto da Igreja e do Capital*, Editora: Entremares.
- NOZICK, Robert. (1991) *Anarquia, Estado e Utopia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- PLATÃO. (2019), *A República*. Editora Lafonte.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. (1988), *O que é propriedade?* Editora Martins Fontes.
- RODRIGUES, Edgar. (1988), *Os Libertários: idéias e experiências anárquicas*, Editora Vozes.
- SANTANA, Guilherme e MAGALHÃES, Juan. (2019), *Por uma teoria das ruas: uma análise de um mundo em chamas*, *Revista Estudos Libertários*, v. 1, nº 2.
- SMITH; Adam. (2015), *A Riqueza das Nações das Causas do Aprimoramento das Forças Produtivas do Trabalho e a Ordem Segundo a Qual Sua Produção é Naturalmente Distribuída Entre as Diversas Categorias do Povo*; Juruá Editora.
- WEBER, Max. (2003), *A política como vocação*. Editora UNB.